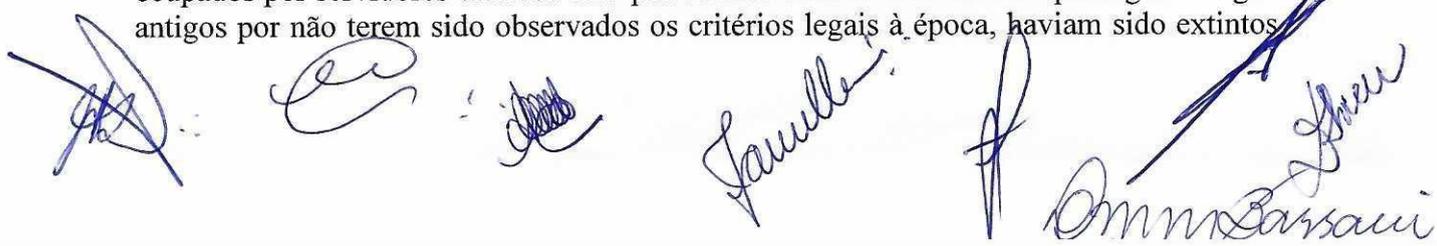


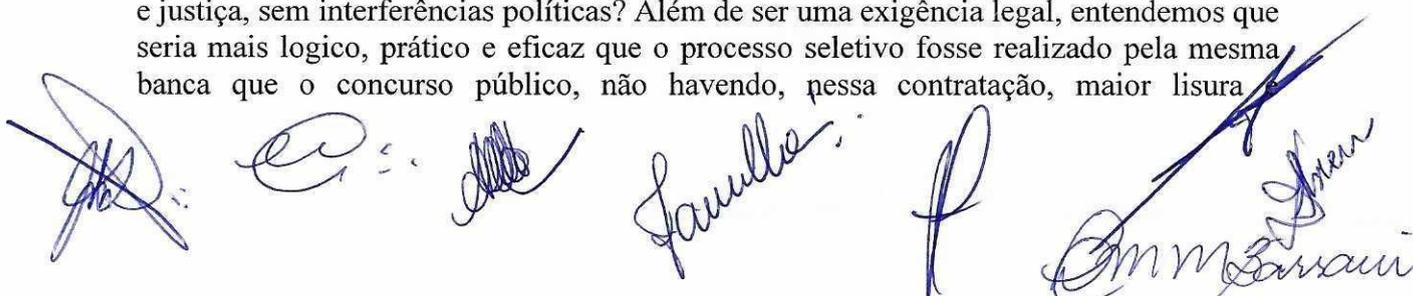
Ata da 6ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Volta Grande, realizada no dia 23 de Abril de 2024. Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e vinte e quatro, às 18h30', realizou-se a sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Volta Grande designada para esta data. Foi feita a chamada dos Vereadores e assinado o livro de presenças. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberto os trabalhos com a aprovação da ata da sessão anterior, nos termos do art. 161 do Regimento Interno. Ato Contínuo, o Sr. Presidente justificou a ausência do Vereador André por estar passando mal com suspeita de dengue. Ato Contínuo foi dado início à leitura do Expediente com os seguintes ofícios do Executivo Municipal: Ofício nº072/2024 – Assunto: Remessa de Lei (faz); Ofício nº074/2024 – Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei (faz); Ofício nº075/2024 – Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei (faz); Ofício nº076/2024 – Assunto: Encaminhamento (faz); Ofício nº077/2024 – Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei. Em seguida, o Sr. Presidente convidou o Sr. Anderson Machado, secretário de Fazenda e a Sra. Cristiane Perácio, secretária de Administração para prestar alguns esclarecimentos em atendimento ao Requerimento nº011/2024 aprovado na sessão anterior. Ambos secretários tomaram posse de seus lugares, ao lado do Sr. Presidente. Inicialmente com a palavra, o Secretário Anderson Machado disse que por se tratar de uma matéria extensa e não deixar dúvidas solicitou que não interrompessem na explanação. Com a palavra a Vereadora Luciana Teperino disse que a intensão da referida convocação seria de um debate e solicita uma replica nas respostas. Em seguida os secretários deram início na leitura das perguntas e respostas a seguir: 1 - Por que a Prefeitura demorou 03 (três) anos para tomar ações concretas em relação ao Concurso Público, o fazendo somente agora em ano eleitoral? Devemos inicialmente destacar que o concurso público é de fato o critério mais adequado e legal para fazer uma seleção de profissionais, em qualquer atividade pública, ocorrendo de tempo em tempo. O Judiciário, em especial, o Ministério Público, tratam essa matéria de forma constante, exercendo assim o seu papel institucional. É dever dos órgãos públicos zelar sempre que necessário por essa questão. Em Volta Grande, antes deste governo, ou seja, desde sua criação, como Município no ano de 1938, promoveram-se vários concursos públicos, notadamente. Com o crescimento da cidade, novas tarefas e atribuições se tonaram necessárias, modificando a matriz organizacional do Município. Alguns serviços foram terceirizados, especialmente a coleta de lixo domiciliar, como também no que diz respeito a obras e outras pequenas demandas. Na programação implementada por este governo, após o ajuste das contas públicas, este governo, começou a análise para que se desse seguimento a necessidade de suprir várias funções de servidores com entendimento junto ao Ministério Público de Minas Gerais, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), desta maneira. Ao início de 2020 o estudo se aprofundou e infelizmente para todos nós, aliás para todo o país chegou ao Brasil uma doença, isto é a COVID, que atingiu milhões de brasileiros, causando a morte de mais de 700 mil pessoas e causando sequelas em milhões de pessoas. Assim sendo interromperam-se atividades comerciais, culturais, esportivas, sociais e administrativas por 02 (dois) longos anos, isto é, 2020 e 2021, reiniciando-se aos poucos ao final de 2021 e início de 2022. Lembramos que com o advento da Lei complementar 173 de 2020, as despesas com relação ao aumento de pessoal ficaram vedadas, e, portanto, os concursos, à época. Retomamos progressivamente a dedicação ao concurso público, com a compreensão do Ministério Público realizando-se a análise, organização e o respectivo certame para duas atividades importantíssimas, quais sejam de profissionais da área da educação, como professoras, professores, monitoras e monitores, num total de 91 (noventa e um) profissionais, num período não eleitoral municipal, com a lisura que é a marca do governo e com o conhecimento de todos. Como, segunda etapa, demos seguimento, sempre com o

acompanhamento do Ministério Público, das demais atividades de carreira pública, cumprindo assim o cronograma traçado. Gostaria ainda de destacar os termos da Ação Civil Pública iniciado após inquérito em 2012, dos votos de suas Excelências os eminentes desembargadores Dr. Luis Carlos Gambogi (Relator), Dr. Fabio Torres de Souza e Dr. Rogério Medeiros, onde dizem textualmente, “Sabe-se que a criação de cargos públicos depende de lei a ser discutida, votada e aprovada pela Câmara Municipal, bem como de previsão orçamentária, e, portanto determinar que seja realizado concurso público para provimento de cargos que sequer existem, no prazo exíguo de 30 (trinta) dias, com a dispensa, dos profissionais de saúde, que lá estão, fere o princípio da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público, em sentido amplo”. Segue em suas interpretações os citados desembargadores “Isto posto dou PROVIMENTO PARCIAL ao recurso de apelação para reformar a sentença e determinar que o município de Volta Grande realize um plano de ação, dentro do prazo de 12 (doze) meses, como levantamento da necessidade real de sua população através de estudos técnicos e consultas públicas para que seja realizado o concurso público para provimento dos cargos públicos na área da saúde do seu Município, mantendo-se em regime temporário as contratações existentes”. Vejam todos que até o Judiciário tem a cautela de não fazer ações, especialmente concursos públicos, no afogadilho. É sempre com dedicação, inteligência e bom senso que trabalhamos para assegurar direitos, não prejudicar terceiros interessados na participação de seleção, para concurso público, promovendo seleções justas, transparentes, com lisura, objetivando o interesse da população e não de ninguém em particular. Desta maneira estamos tratando do assunto, de forma profissional, analisando-se, atentamente, cada aspecto necessário ao concurso, no tempo que a matéria exige, sempre de forma profissional com respeito aos interessados e a população, não só na área de saúde, mas nas demais áreas administrativas. Logo após, a Vereadora Luciana Teperino solicitou a palavra para dizer que discorda em vários pontos da resposta acima, citando o TAC que a Prefeitura recebe desde 2017 e ressaltando os três milhões em dívida que entrou o ano. Ressaltando também os quase 51% da folha de pagamento. A Vereadora disse que o que está sendo escrito é uma legalidade e não uma realidade. Com a palavra o Secretário Anderson Machado disse que a Prefeitura não descumpra TAC, se não já teria sido penalizado, considerando leviana a fala da Vereadora Luciana Teperino. 2ª – Quais foram os impactos da demora na realização do concurso para a qualidade dos serviços públicos municipais? A respeito do concurso público já contextualizamos na resposta anterior de forma clara e ampla a citada matéria. Contudo, dando continuidade, afirmamos duas coisas: a primeira é que não há demora e sim cautela, análise e rigor nos procedimentos, bem como, foi manifestado pelo Judiciário anteriormente. Segundo, não há impacto algum, pois os profissionais que hoje ocupam os cargos que serão objeto de seleção, são de alto nível, conscientes de suas obrigações e as exercem de forma eficaz, eficiente, com educação e com bom senso. 3ª – Como a Prefeitura justifica o aumento do número de cargos comissionados em detrimento dos efetivos durante este período? Os cargos Comissionados criados, foram objeto de lei aprovada pela Câmara Municipal. Serviu para distribuir responsabilidades, dentro de um organograma de trabalho. A maioria absoluta dos ocupantes já trabalhavam, inclusive alguns efetivos, mas sem a responsabilidade pela atribuição dos cargos. Desta forma, o impacto financeiro foi mínimo e a distribuição das tarefas ficou bem definida. Aliás, isso ocorre em qualquer emprego ou órgão, sendo público ou privado. Setorizando os serviços e atribuindo responsabilidade aos seus ocupantes, conforme o cargo de quem ocupa. Pra melhor aclarar, temos criados na Prefeitura aproximadamente 450 cargos, dentre os quais 213 são ocupados por servidores efetivos e 27 por comissionados. Lembrando que alguns cargos antigos por não terem sido observados os critérios legais à época, haviam sido extintos



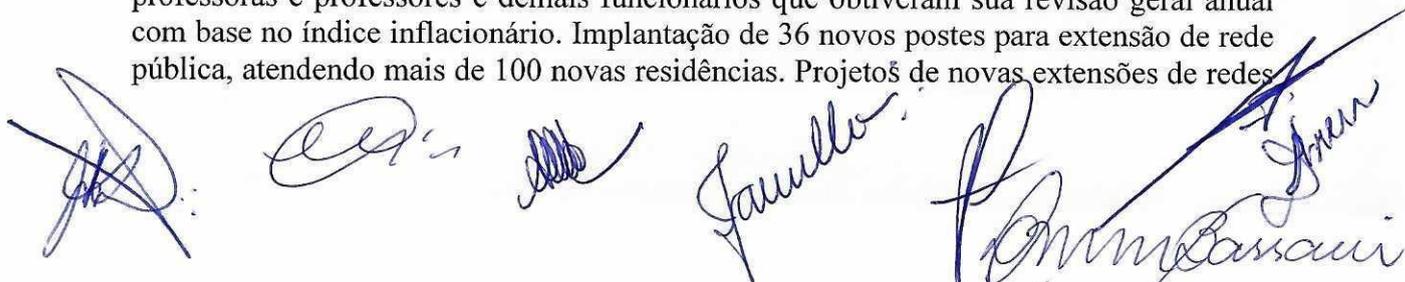
Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Fauvel', 'Omm Bassau', and others.

por força de uma ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Portanto, também, nesses casos corrigimos o necessário e recriamos com as correções devidas cargos que já existiam. 4ª – Como a administração municipal planeja assegurar que o novo concurso não será usado como ferramenta eleitoreira? Inicialmente não vejo como um processo de concurso público possa ser objeto de ferramenta eleitoreira, vez que a imparcialidade já se encontra implícita. Em questão anterior, dissertamos acerca da cautela na elaboração de um concurso e ainda temos o certame da educação concluído e realizado distante do período eleitoral. 5ª – Qual é a justificativa para a falta de ação frente à sobrecarga de trabalho entre os servidores efetivos, especialmente aqueles que não possuem plano de carreira e insalubridade? Pelo tipo de pergunta dá a entender que o servidor efetivo teria carga de trabalho maior que os demais funcionários e com isso estariam sobrecarregados, o que não tem nexos. Também não tem sentido achar que há diferença na sobrecarga de trabalho com plano de carreira ou insalubridade. O que podemos tentar esclarecer é que nossos servidores não estão sofrendo sobrecarga de trabalho e servem à população com qualidade e eficiência. 6ª – Diante das restrições orçamentárias conhecidas, como a Prefeitura explica a decisão de aumentar os gastos com pessoal em ano eleitoral? A Lei de Responsabilidade Fiscal impede o gestor de aumentar o gasto com pessoal nos 180 dias que antecedem as eleições. Pra acrescentar, cabe aqui lembrar que: a concessão do piso dos professores de cerca de 33% de aumento e depois mais 15% no ano seguinte não foi em ano eleitoral. O Auxílio alimentação e seu posterior aumento não se deu em ano eleitoral. Lembrando, por fim, que o aumento do salário mínimo quem concede é o Governo Federal, portanto, as correções salariais não são concedidas em ano eleitoral. O piso dos enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Endemias também é de iniciativa do Governo Federal e acompanhado por todos os municípios do Brasil, sendo realizado anualmente, não apenas em ano eleitoral. 7ª – Por que as medidas de austeridade foram ignoradas ou postergadas, comprometendo a saúde financeira do município? A Confederação Nacional dos Municípios noticiou amplamente que dos 5570 municípios brasileiros, cerca de 2362 ficaram no vermelho no ano de 2023 – sete vezes maior que em 2022 e outras centenas de municípios com recursos muito reduzidos. Como se pode compreender municípios de menor porte, que na verdade são a maioria, dependem de recursos externos, especialmente do ICMS e FPM. Como o Município de Volta Grande retrata a situação dessa maioria, nossos repasses sofreram a redução de recursos por período com a redução de repasses dos governos Estaduais e Federal. Esta administração, a par dessa situação do país, tomou medidas imediatas para o equilíbrio das contas públicas. Não houve postergação ou ignorou-se tomadas de decisões. O que também compromete a saúde financeira de qualquer município são gastos desnecessários. A exemplo, quando Câmaras Municipais reservam aumento de recursos destinados, a dotações altíssimas, para os próprios investimentos, em detrimento de ações em prol dos serviços públicos à população, ainda que dentro dos limites legais. 8ª – Existem planos concretos para evitar o crescimento insustentável da folha de pagamento, ou será uma herança problemática para gestões futuras? Existe o acompanhamento e obediência à determinação legal da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, que nos impede de ultrapassar o limite de 51% da receita corrente líquida arrecadada. Pra ilustrar neste momento, o que já vem sendo apresentado nesta Casa quadrimestralmente em audiência com a comissão de orçamento e finanças, os limites de pessoal jamais foram ultrapassados ao longo deste governo, bem como do governo anterior. E segue cumprindo a legislação. 9ª – Quais são as garantias de que o processo seletivo será conduzido com transparência e justiça, sem interferências políticas? Além de ser uma exigência legal, entendemos que seria mais lógico, prático e eficaz que o processo seletivo fosse realizado pela mesma banca que o concurso público, não havendo, nessa contratação, maior lisura



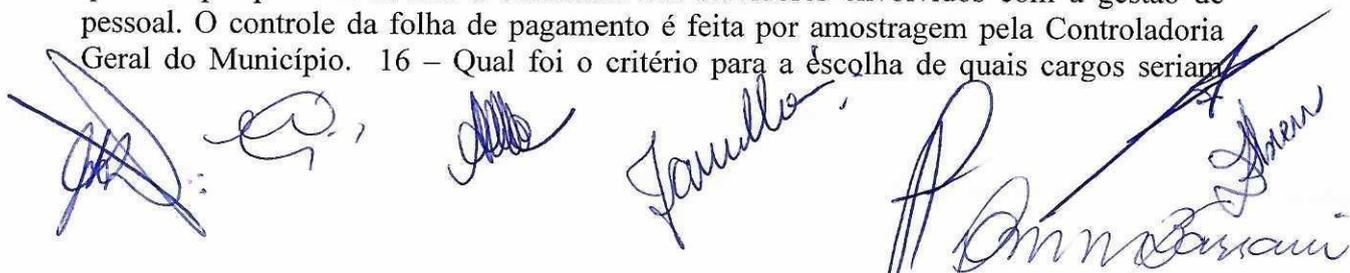
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Saullo" and "Emmerson".

imparcialidade, assim como ocorreu no concurso público para a convocação dos profissionais da educação. O governo atual sempre preservou os princípios da administração pública, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Não é ação desta administração qualquer ato contrário a isto. Dúvidas com relação à transparência, justiça e interferência política, não se pergunta, se leva aos tribunais quando há comprovação de fatos. 10 – Como a Prefeitura planeja melhorar a eficiência dos serviços públicos, considerada a ineficácia demonstrada nos últimos 03 (três) anos? Lamentável esse questionamento aponta ineficiência e ineficácia de mais de 350 servidores públicos municipais que dedicam o seu trabalho pelo bem da população. O que nos cabe nesse quesito é entrar em defesa desses profissionais que batalham diariamente pelo bem comum enquanto são covardemente criticados. De toda forma, relacionamos nesse momento o que entendemos ter sido gestão eficiente e eficaz dos serviços públicos prestados por nossos servidores: Retirada de cerca de 160 caminhões de lixo e entulhos das ruas nos dois primeiros meses. Reforma do hospital corrigindo o telhado, adequando a recepção. Reforma da entrada de emergência, conserto de ambulâncias e aquisição de novas ambulâncias, vans e demais veículos para a saúde. Instalação de aparelhos de ar condicionado nas enfermarias, recepção, bebedouro, televisão, novo gerador de energia, máquina de lavar e secar roupas, entre outros equipamentos. Reforma dos Postos de Saúde com a aquisição de novos equipamentos, cadeira de dentista, câmeras de guardar vacinas, equipamento para cuidar de ferimentos crônicos, veículos para atender a população nessa área. Combate a contaminação do Corona vírus, não só com a campanha de esclarecimentos, mas, com a distribuição de máscaras e álcool em gel, como de barreiras sanitárias, bem como posterior campanha de vacinação. Obras nos refeitórios, banheiros, com acessibilidade, segurança contra incêndio, entre outros reparos. Instalação de Câmeras para maior segurança dos alunos. Instalação de aparelhos de ar condicionado em todas as salas para maior conforto para alunos e professores. Instalação de playground no CMEI e Escola de Trimonte. Ampliação do cemitério, reforma da capela mortuária de Volta Grande e instalações da capela mortuária de Trimonte. Recuperação do cruzeiro. Recuperação da parte elétrica com proteção contra incêndio da Casa de Cultura Humberto Mauro, inclusive atendendo a exigência do Ministério Público. Conquista da área da antiga Usina de Açúcar e Álcool com mais de 42.000 m<sup>2</sup>, preparando-se um novo campo de futebol com os respectivos vestiários e iniciada a construção de quadra de areia pista para caminhadas, espaço para festas e iniciado um pequeno horto florestal. Reforma completa do Estádio de Futebol que estava abandonado por mais de uma década. Reforma da Quadra da Meia Lua. Recapeamento da Av. Cineasta Humberto Mauro, que se encontrava toda esburacada. Construção de um coreto na Praça do Bairro Bonsucesso. Recuperação de canalização de esgoto no Bairro Bonsucesso. Participação na luta da reabertura da Fábrica de Papel, com reuniões em Belo Horizonte, especialmente, na CEMIG, trabalhando para conseguir energia da Light para a Fábrica, gerando mais empregos. Melhoria do abastecimento de água para Trimonte, Vila Santa Elisa, junto com a COPASA. Construção de uma nova linha de abastecimento de água em São Geraldo, junto com a COPASA. Conclusão da doação do Campo de São Geraldo para a Prefeitura, com a construção de vestiários. Implantação de Vale Alimentação para os funcionários da Prefeitura, posteriormente, aumento do respectivo vale. Plano de cargos, carreiras e salários, concluído, em fase, agora de aprovação, junto com o estado de insalubridade. Implantação de piso salarial para várias atividades profissionais quais sejam, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias, professoras e professores e demais funcionários que obtiveram sua revisão geral anual com base no índice inflacionário. Implantação de 36 novos postes para extensão de rede pública, atendendo mais de 100 novas residências. Projetos de novas extensões de redes



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Faullo' and 'Bonsucesso'.

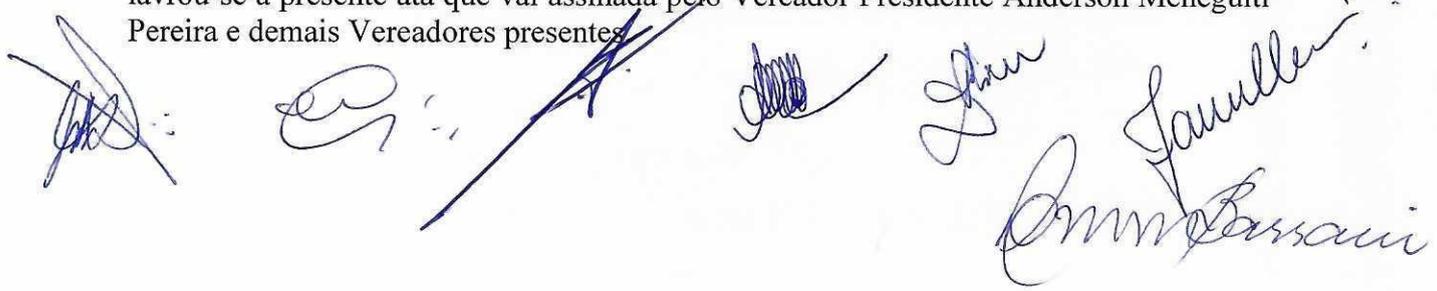
elétricas em andamento. Calçamento de mais de 100 ruas em todos os bairros da cidade, com a respectiva drenagem. Manutenção de estradas vicinais, com construção de pontes. Construção da nova passarela da Vila Beira Rio, travessia do Rio Angu. Projeto para pavimentação da estrada da Vila Maria até a Vila Beira Rio, a ser iniciado em breve. Conclusão das obras do prédio do antigo cinema e agora com obras suplementares para atender exigências dos bombeiros. Modernização da frota da Prefeitura, com substituição de cerca 40 veículos, entre eles ônibus, vans, caminhões, trator, ambulâncias e outros veículos leves. Área para implantação do campo de Trimonte. Construção de contenção de encosta no Bairro Meia Lua. Calçamento das ruas do Bairro Ponta Leste. Drenagem com recuperação do calçamento no Bairro Meia Lua, entre outros serviços e obras. Reforma dos banheiros da praça do centro. 03 (três) leilões de veículos e sucatas cuja arrecadação somou mais de 630 mil reais. Projeto de novos banheiros para praça em frente à Igreja Matriz, entre outros projetos e obras. Diante de todas essas conquistas, onde destacamos AÇÕES JAMAIS VISTAS EM GOVERNOS ANTERIORES, NÃO há o que se falar em ineficiência e ineficácia de nossos serviços e servidores. 11 – Existem estudos ou avaliações independentes que comprovem a necessidade real dos cargos a serem preenchidos pelo concurso? Os cargos de carreira do Executivo foram criados por projetos de leis, aprovados por esta Casa Legislativa. Se houve vaga criada, já se configurou a necessidade do preenchimento. As vagas para os cargos serão preenchidas por quem for aprovado em concurso ou em caso de vacância caracterizada, ou seja, se houver vaga de servidores que já se afastaram por falecimento, licença ou doença. 12 – Porque as questões de insalubridade e condições de trabalho inadequadas foram negligenciadas por tanto tempo? O adicional de insalubridade já é concedido a servidores que exercem suas atividades em locais que os expõem à agentes nocivos à saúde, não tendo que se falar em negligência. Ainda assim, para melhor identificar e descrever o ambiente de trabalho, a localização das possíveis fontes geradoras de risco e caracterizar as atividades realizadas, tipo de exposição, garantindo isonomia a esses servidores, o Município já tem o laudo técnico de insalubridade elaborado por empresa contratada, que tem sido objeto de estudo dos técnicos do Município. 13 – Qual é o plano da Prefeitura para revisar e atualizar o plano de carreira, garantindo justiça e motivação aos servidores? A elaboração de planos de cargos e vencimentos das áreas de educação, saúde e geral é ferramenta essencial para o equilíbrio da administração pública (ou qualquer empresa) e tem sido medida tratada como prioritária pelo governo atual, para que possa proporcionar segurança aos funcionários, evidenciando a possibilidade de crescimento profissional. Os planos já estão concluídos pela Instituição João Pinheiro, empresa muito bem conceituada, e foi elaborada com a colaboração dos servidores e vem sendo ajustados pra realidade da Prefeitura de Volta Grande. Tão logo sejam concluídos, seguirão para esta Casa Legislativa como Projeto de Lei depois do dia 1º de maio, dia do trabalhador, uma data simbólica, para apreciação e aprovação dos vereadores. 14 – A Prefeitura pode garantir que os investimentos em infraestrutura e serviços não serão sacrificados para cobrir o aumento da folha de pagamento? Os investimentos são realizados por meio de recursos vinculados em nada impactando na folha de pagamento. Com relação à folha de pagamento, os reajustes e revisões são os previstos em lei, conforme já mencionado em questões anteriores. Além disso, devemos reforçar, como também já mencionado anteriormente, que o município jamais ultrapassou o limite legal permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. 15 – Existem planos para uma auditoria independente na folha de pagamento para identificar ineficiências e possíveis irregularidades? Novamente uma questão que põe em dúvida a eficiência dos servidores envolvidos com a gestão de pessoal. O controle da folha de pagamento é feita por amostragem pela Controladoria Geral do Município. 16 – Qual foi o critério para a escolha de quais cargos seriam



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Familla" and "Amn...".

oferecidos no concurso e como isso reflete as reais necessidades do município? Os cargos a serem oferecidos em concurso são aqueles criados por lei e se encontram vagos ou ocupados por servidores contratados e em atendimento às exigências do TAC com o Ministério Público. 17 – Há um plano para o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências, ou as decisões continuarão sendo tomadas por conveniência? Todas as ações do atual governo se encontram dentro do Plano de Governo do gestor, apresentado em campanha e definido em Plano Plurianual - PPA, aprovado pelos senhores nesta casa Legislativa. Isto posto, o atual governo não realiza qualquer ação por conveniência. 18 – Como a gestão atual responde as acusações de que falhou em cumprir promessas de campanha relacionadas à transparência e à eficiência administrativa? A gestão atual não recebeu acusações de falha no cumprimento de promessas. Se o questionamento houvesse ocorrido, responderia da forma como respondido na questão nº 10 onde elencamos as promessas de campanha cumpridas. O governo poderia, se quisesse, fazer a divulgação de cada ação realizada, dando maior transparência. Porém, o governo optou por informar à população pela mídia, por ser menos oneroso para o município. Isso é transparência, eficiência, competência e comprometimento com o recurso público. 19 – Existem protocolos para garantir que a realização do concurso e as contratações subsequentes sejam feitas sem favoritismo ou influência política? Essa resposta já foi dada na questão nº 4, mas vou repetir. Não vejo como um processo de concurso público possa ser objeto de ferramenta eleitoreira, vez que a imparcialidade já se encontra implícita, já que é realizada por instituto idôneo, assim como a empresa CONSULPLAN realizou o certame da educação. 20 – Que medidas estão sendo implementadas para garantir que o legado desta gestão não seja de problemas financeiros e administrativos para o futuro? A garantia é a de que o futuro gestor não terá muito o que fazer no município porque todos os investimentos já foram realizados com eficiência e eficácia, restando somente sua manutenção e preservação. A gestão financeira tem sido equilibrada e será entregue com o mesmo comprometimento com que foi gerida ao longo desses 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses. Prova disso é a aprovação de TODAS as contas públicas pelos Órgãos Fiscalizadores. Logo após com a palavra, a Vereadora Luciana Teperino disse achar uma falta de respeito permitir que a Prefeitura conte inverdades na Casa do Povo. A Vereadora ressalta que o papel do Vereador é fiscalizar e imaginou que os Secretários viessem expor o que de fato acontece na prática e não o texto escrito pelo jurídico provavelmente. A Vereadora retira qualquer culpa dos Secretários presentes por entender que é o Prefeito o ordenador. Quando falou de servidores, a Vereadora achou um ato politiquieiro, pois os Vereadores estão sempre protegendo os funcionários e quando se fala em ineficiência é de governo e não de funcionários. Está falando na criação de 18 cargos, TAC que recebe todos os anos, receita de Brumadinho, os bueiros estão alagados porque não foi feito da forma correta, campo de Trimonte, população enganada, enfim, muito blá blá blá e pouca prática. A Vereadora questiona o porquê de o Município continuar contratando se entrou o ano de 2022 com uma dívida de três milhões de reais e vem dizer que o governo reduziu a verba, o que todos sabem, porém ressalta a falta de planejamento. Com a palavra o Vereador Eduardo disse que os Vereadores andam e conhecem a cidade, citando o ato do Prefeito de concretar os bueiros do bairro Bonsucesso, não foi feita obra alguma de esgoto; ambulância de grande porte que o município ganhou, o dinheiro ficou um ano nos cofres públicos; interditou o campo do bairro Bonsucesso impedindo as crianças de fazerem suas atividades. Com a palavra a Vereadora Alexandrina disse se preocupar com a lei no que diz respeito a número de vagas para o concurso público podendo atrapalhar a administração. Com a palavra, o Sr. Presidente pergunta ao Secretário, Anderson Machado se a folha de pagamento suportaria esses novos cargos do concurso. Em resposta, Sr. Anderson Machado disse que os cargos

que estão para concurso já são cargos ocupados, sem oneração na folha de pagamento. Com a palavra, o Vereador Inácio disse que há um tempo questionou o Sr. Secretário, Anderson Machado sobre a extensão de rede da Vila Santa Eliza, e na época o respondeu que não era da competência da Prefeitura. Agora viu a postagem do Vereador Adriano dizendo que a Prefeitura irá fazer. O Vereador continua dizendo esperar que faça, pois o Vereador Adriano já mentiu duas vezes em rede social, sendo a primeira em 2022, logo após em 2023. Em resposta o Vereador Adriano disse que foi autorizado pelo Prefeito a abertura para a licitação para colocação de 10 (dez) postes na estrada Pouso Alegre / Trimonte, 06 (seis) postes em São Geraldo e 03 (três) no bairro Renascença. O Vereador afirma dizendo que o dinheiro já está em caixa. Disse ainda que quando falava anteriormente não se referia que a Prefeitura iria fazer e sim a CEMIG, mas a companhia enrola. Com a palavra, o Secretário Anderson Machado respondeu a indagação do Vereador Inácio dizendo que lá atrás foi feito um processo para a CEMIG fazer a extensão de rede, porém é burocrático e a Prefeitura não conseguiu. No final do ano foi feito um novo planejamento e tão logo conclua a licitação será realizada as obras com investimento do município. Novamente com a palavra, a Vereadora Luciana Teperino indagou os Secretários sobre homologação do Concurso Público. Com a palavra, a Secretária Cristiane disse que o concurso está em fase de elaboração de edital, ficando pronto em aproximadamente uma semana, será publicado e no edital estará o cronograma. Logo após foi lida e aprovada na forma do Regimento, a Indicação nº012/2024 de autoria da Vereadora Alexandrina – Assunto: Serviço de roçada na entrada da cidade. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra livre ao Vereador Ricardo Júnior. O Vereador iniciou dizendo que é muito cobrado sobre instalação de quebra mola, e recentemente foi implantado dois na rua Mario Monteiro de Castro, rua que reside. O Vereador ressaltou que não se trata de uma indicação dele e aproveita para agradecer ao Alex que trabalha no setor de engenharia do município que foi o solicitante do mesmo. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos. Convocando os Senhores Vereadores para a próxima Sessão no dia 14 de Maio de 2024 às 18h30'. Para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Vereador Presidente Anderson Meneguiti Pereira e demais Vereadores presentes.



Handwritten signatures of council members, including the President Anderson Meneguiti Pereira and other council members.